

SIMPÓSIO
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE EM PAÍSES
LUSÓFONOS: BRASIL, PORTUGAL E ANGOLA

Eixo 4: Políticas e práticas de formação e trabalho docente

PROPONENTE:

Renata Peres Barbosa (Universidade Federal do Paraná – Brasil)
re_pbarbosa@hotmail.com

AUTORAS/AUTOR:

Ana Duarte (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - Portugal)
anaguimaraesduarte@outlook.com

Chocolate Adão Brás (Instituto Superior Politécnico Sol Nascente – Angola)
chocolatebras@gmail.com

Natália Alves (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - Portugal)
nalves@ie.ulisboa.pt

Elisangela Alves da Silva Scaff (Universidade Federal do Paraná – Brasil)
elisscaff@gmail.com

Renata Peres Barbosa (Universidade Federal do Paraná – Brasil)
re_pbarbosa@hotmail.com

RESUMO GERAL

As políticas educacionais, no contexto atual do neoliberalismo, são marcadas por tendências que privilegiam novas formas organizacionais, atores e espaços a partir de arranjos e redes de governança, em escala global (BALL, 2013; 2018; BARROSO, 2006). Observa-se, por sua vez, a expansão nas relações entre o público e o privado que trazem mudanças substanciais no papel e na estrutura do Estado e influenciam as políticas públicas e projetos educativos. Com efeito, a definição, a formulação e a implementação das políticas de formação docente convergem com investidas que privilegiam

intervenções preenchidas por noções hegemônicas e de natureza avaliativa, com padrões numéricos de qualidade e que tem por base indicadores que supostamente possam servir como parâmetros qualitativos, baseado em evidências, ignorando as especificidades desenhadas no campo científico concernente à educação (BIESTA, 2007). Tal cenário sinaliza para a importância de adensamento analítico e de distinções teórico-epistemológicas no campo da política educacional, de modo a desnudar os efeitos da adoção de lógicas que se desdobram em elementos de maior controle sobre o campo e sobre a prática educacional.

A presente proposta de simpósio reúne pesquisas que têm como propósito debater as políticas de formação docente em países lusófonos, a saber: Angola, Brasil e Portugal. As três pesquisas, em andamento, refletem, de algum modo, sobre as implicações de tais políticas no que se refere ao trabalho docente, à formação das juventudes e, sobretudo, ao direito à educação, quadro amplo que percorre as disputas por projetos de sociedade.

A primeira pesquisa, referente ao contexto da Angola, intitula-se “Políticas de formação de professores em Angola (2010-2020): percursos e desafios do ensino superior pedagógicos” que, a partir de pesquisa documental, propõe uma análise detida do atual quadro normativo para a formação inicial de professores, aprovado em 2020, e a incidência sobre a organização dos cursos de graduação (ANGOLA, 2011; 2018; 2020). A pesquisa busca, ainda, compreender e delinear os percursos e trajetórias das políticas de formação de professores em Angola, apontando os desafios para a implementação da atual política (POÇA, 2020). Os resultados indicam uma alteração na organização dos cursos de formação inicial visando se ajustar a demanda por professores das escolas da educação básica, bem como a sua adequação ao perfil de qualificação profissional docente estabelecido no novo Regime Jurídico, aprovado em 2020 (ANGOLA, 2020).

A pesquisa que envolve o Brasil, intitulada “Políticas para a Educação Básica e para a formação docente no Brasil: projetos em disputa” propõe uma análise crítica dos pressupostos político pedagógicos subjacentes às políticas educacionais aprovadas recentemente no Brasil, tais como, a Reforma do Ensino Médio e a proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, ambas aprovadas em 2017, e a proposta da Base Nacional para a Formação docente - BNC-Formação, aprovada em 2019 (BRASIL, 2017; 2019). Como resultados preliminares, observa-se que os quadros analisados expressam disputas por um projeto de sociedade, educacional e para a formação de professores

vinculadas aos interesses da agenda neoliberal. A pesquisa sinaliza que tais políticas articulam-se em um projeto formativo de cunho economicista e pragmático, de organização curricular padronizada com base na formação de competências e habilidades atreladas aos interesses do setor produtivo (AGUIAR; DOURADO, 2019; HIPOLYTO, 2021).

Já a pesquisa referente ao cenário de Portugal, intitulada “Políticas de formação de professores em Portugal: de como a formação inicial de professores tem dificuldade em responder à diversificação da oferta educativa” investiga o quanto os currículos da formação inicial de professores incorporam elementos relativos à formação de jovens e adultos, considerando a diversificação da oferta dessas modalidades. Os resultados preliminares apontam para uma quase total ausência de temáticas relativas à formação de adultos e aos desafios de processos de ensino aprendizagem assentes numa estrutura curricular modular que não pode deixar de ser analisada como um reflexo do reduzido estatuto social que estas ofertas gozam na sociedade portuguesa em geral e junto do corpo docente em particular.

O simpósio tem como horizonte articular as pesquisas a fim de aproximar o diálogo entre os três países, buscando compreender suas peculiaridades, desafios e o que se define como prioritário para a formação docente e para a educação básica. Pretende-se, desse modo, contribuir com a compreensão do campo da política educacional e proporcionar aprofundamento de estudos e pesquisas na área, visando solidificar o debate e as análises sobre as políticas de formação docente.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação de professores. Trabalho docente.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. Retratos da escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 33-37, jan./mai., 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/990>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 109/11, de 26 de Maio – Estatuto do Subsistema de Formação de Professores. Diário da República I Série, N.º 98, 2011.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 205/18, de 3 de Setembro – Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente. Diário da República I Série, N.º 135. Luanda: Imprensa Nacional, 2018.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 273/20, de 21 de Outubro - Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário. Diário da República I Série, N.º 168. Luanda: Imprensa Nacional, 2020.

BALL, Stephen J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: Apple, M.W., Ball, S.J. e Gandin, L.A. (org.) Sociologia da Educação - análise internacional. Porto Alegre: Penso, p. 177-189, 2013.

BALL, Stephen J. Política Educacional Global: reforma e lucro. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa– RETEPE, v. 3, p. 1-15, 2018. Disponible en: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BARROSO, João. O Estado e a Educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, João. (Org.). A regulação das políticas públicas da educação: espaços, dinâmicas e actores. Lisboa: Educa, 2006b. p. 41-67

BIESTA, Gert. Why “what works” won’t work: Evidence-based practice and the democratic deficit in educational research. Educational Theory, V. 57, N.1, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Parecer nº 2.167. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 142, 20 dez. 2019.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 46, p. 1-18, jul./set. |2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8915>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LEMOS, Vitor. Formação inicial de professores. In: Rodrigues, Maria de Lurdes (Org.) 40 anos de Políticas de Educação em Portugal, Vol. II – Conhecimento, Atores e Recursos. Coimbra: Edições Almedina, p. 287-310, 2014.

MESQUITA, Elza; MACHADO, Joaquim. Formação inicial de professores em Portugal: evolução e desafios. In: Shigunov Neto, Alexandre; Fortunato, Ivan (orgs). Educação

Superior e Formação de Professores: questões actuais. São Paulo: Edições Hipótese, pp. 97-115, 2017.

PINTASSILGO, Joaquim; OLIVEIRA, Hélia. A formação inicial de professores em Portugal: reflexões em torno do atual modelo. Revista Contemporânea de Educação, Vol. 8 (n. 15), 2013, janeiro / julho, p. 24-40.

POÇAS, Sara; SANTOS, Júlio Gonçalves. Influências da globalização e cooperação na Educação e na Formação de Professores em Angola. Cadernos de Estudos Africanos [Online], 39. p. 57-84, 2020. DOI : <https://doi.org/10.4000/cea.4797>.

RESUMO 1

Políticas de formação de professores em Angola (2010-2020): percursos e desafios do ensino superior pedagógico

Chocolate Adão Brás
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente – Angola

Elisangela Alves da Silva Scaff
Universidade Federal do Paraná - Brasil

Resumo:

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as políticas de formação de professores em Angola, por meio da análise dos percursos e desafios da formação inicial nas instituições de ensino superior pedagógico, em resposta à demanda por educadores de infância e de professores do ensino primário e secundário no país, no período de 2010 a 2020. A análise incide sobre a organização dos cursos de graduação, com o intuito de identificar seus desdobramentos no campo da prescrição normativa. Trata-se de uma pesquisa documental, desenvolvida a partir do levantamento e análise das Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino, estabelecidas em 2009, da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (2016) e do Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente (2018), culminando com o Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário, editado em 2020. O estudo pretende contribuir para a identificação da trajetória das políticas de formação de professores em Angola, visando apontar os desafios que se apresentam no plano da implementação. Os resultados indicam uma alteração na organização dos cursos de formação inicial visando se ajustar a demanda por professores das escolas da educação básica, bem como a sua adequação ao perfil de qualificação profissional docente estabelecido no novo Regime Jurídico.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação de professores. Ensino superior pedagógico. Perfil de qualificação profissional. Profissão docente.

RESUMO 2

Políticas para a Educação Básica e para a formação docente no Brasil: projetos em disputa

Renata Peres Barbosa

Universidade Federal do Paraná – Brasil

Resumo:

Diante do avanço e radicalização das políticas neoliberais no cenário social, observa-se, no Brasil, indicadores brutais de retirada de direitos, de desmonte da esfera pública e de diminuição da proteção social via reformas trabalhista e previdenciária. Esses aspectos estão em consonância com as atuais políticas e reformas educacionais no Brasil voltadas para a Educação Básica, como a Reforma do Ensino Médio (LEI Nº 13.415/2017); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Resolução CNE/CP Nº 2/ 2017, complementada pela Resolução CNE/CP Nº 4/2018; e a Resolução CNE/CP Nº 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação). O objetivo da pesquisa consiste em realizar uma análise crítica do pressupostos políticos-pedagógicos subjacentes a tais proposições, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados preliminares, observa-se que os quadros analisados expressam disputas por um projeto de sociedade, educacional e para a formação de professores vinculadas aos interesses da agenda neoliberal. Tais proposições ancoram-se em uma concepção instrumental de formação, de cunho economicista e pragmática, com base no modelo de competências, que busca forjar um novo *ethos*, qual seja, do empreendedor de si. A pesquisa ainda sinaliza como horizonte a importância fundamental em promover discussões epistemológicas acerca dos princípios que regem os projetos para a educação básica e formação de professores.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio no Brasil. Base Nacional Comum Curricular. BNC-Formação.

RESUMO 3

Políticas de formação de professores em Portugal: de como a formação inicial de professores tem dificuldade em responder à diversificação da oferta educativa

Natália Alves

Instituto de Educação da Ulisboa - Portugal

Ana Duarte

Instituto de Educação da Ulisboa - Portugal

Resumo

O início do séc. XXI é caracterizado por um processo de diversificação da oferta educativa orientada para a população jovem e adulta. As modalidades destinadas aos adultos passam a contemplar o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e as unidades de formação de curta duração (UFCD). No que respeita aos jovens, a Reforma do Ensino Secundário em 2004, introduz os Cursos Profissionais nas escolas secundárias públicas. Trata-se de uma oferta educativa de dupla certificação que confere um diploma do ensino secundário e uma qualificação profissional de nível 4. Com exceção do processo de RVCC, todas as outras modalidades têm em comum uma estrutura curricular modular que apela a modos diferentes de ensinar e aprender. Esta comunicação tem por objetivo compreender de que forma a formação inicial de professores incorpora nos seus currícula as especificidades destas ofertas e dos públicos que as frequentam. Para a prossecução deste objetivo procedeu-se a uma análise documental da legislação referente aos Mestrados em Ensino e dos planos de estudo disponíveis nas páginas oficiais das universidades públicas. Os resultados preliminares apontam para uma quase total ausência de temáticas relativas à formação de adultos e aos desafios de processos de ensino aprendizagem assentes numa estrutura curricular modular que não pode deixar de ser analisada como um reflexo do reduzido estatuto social que estas ofertas gozam na sociedade portuguesa em geral e junto do corpo docente em particular.

Palavras chave: Formação Inicial de Professores, Mestrados em Ensino, Profissão docente.